



A EDUCAÇÃO RETRATADA NAS CARTAS DO PADRE MANOEL DE NÓBREGA

Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo*; Ferdnando Marcus Ornellas**

caatoledo@uem.br; ferdnandomarcus7@gmail.com

* Professor do Departamento de Fundamentos da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, Pr; ** Aluno do curso de História da Universidade Estadual de Maringá, Pr.

Recebido em 30/06/12 – Publicado em 19/10/12

Resumo:

Este texto discute a forma com que a educação é referenciada nas cartas do Padre Manoel da Nóbrega (1517-1570), primeiro Superior dos Jesuítas no Brasil no século XVI. O trabalho educativo foi um importante instrumento para as missões dos jesuítas, tanto na Evangelização do gentio, com uso da catequese como principal meio de propagar a fé cristã, quanto na construção de colégios. Para a análise das cartas assinadas pelo padre Manoel da Nóbrega foi usada a edição do Padre Serafim Leite, chamada *Monumenta Brasiliae* e publicada em 5 volumes entre os anos 1956 e 1968. Nessas cartas, o padre Manoel da Nóbrega expressa uma visão tipicamente jesuítica de educação, de sociedade e história, todas subordinadas à religião, entendida por ele como civilizadora.

Palavras-chave: Educação, História da Educação, Educação Brasileira, Século XVI, Jesuítas.

Abstract:

This text discuss the mode of education is represented in the priest Manoel da Nóbrega (1517-1570) letters, first Jesuits Master in Brazil in sixteenth century. The Society of Jesus had an important education work in Brazil, allied to the Missions, since 1549. This Jesuits work, as indigenous evangelization with the use of catechism like primary means of spread the Christian faith and in the construction of colleges, is the basis of Brazilian culture. For analysis of letters signed by the priest Manoel da Nóbrega, was used the edition made by the priest Serafim Leite in *Monumenta Brasiliae*, in five volume, published between 1956 and 1968. In the letters, Manoel da Nóbrega expressed the Jesuit philosophy of education typical of the Order. In the letters can be noted the society and history vision, both subordinate to religion. The Jesuits letters were used to make up the Brazil image in Europe of

sixteenth century, an image in which highlighted the manner of Jesuits presented their own missionary action and catechetical developed by them and understood as civilizing.

Keywords: Education, History of Education, Brazilian Education, Sixteenth Century, Jesuits.

Considerações Iniciais

A Companhia de Jesus é uma Ordem moderna, e não pode ser desvinculada da época e do contexto em que nasceu e consolidou suas bases. A Ordem cumpriu um papel de destaque em uma época conturbada. O cristianismo sofria com o grande cisma do Ocidente. Era a Reforma Protestante, iniciada por Martinho Lutero (1483-1546) e que despertou no catolicismo no século XVI a necessidade de uma reforma interna. Nesse contexto, chamado de época da confessionalização, o trabalho missionário se tornou fundamental no auxílio para a propagação e manutenção da fé e também para a renovação da Igreja Romana. A Companhia de Jesus, fundada por Inácio de Loyola, tornou-se uma das mais importantes ferramentas para a atuação missionária da Igreja Católica, com o objetivo de evangelizar os povos “desprovidos da verdadeira fé” (LÉCRIVAIN, 1991). As viagens para esse fim foram custeadas pelas Coroas dos países católicos, especialmente Portugal e Espanha, que também auxiliaram em sua consolidação e manutenção. Ao se deparar com o tema dos jesuítas, o estudioso deve tomar cuidado com a abordagem, pois, irá se deparar com obras que romantizam esses religiosos ou os criticam veemente. Esses homens eram sujeitos ligados à sua época e nela atuaram de forma específica para atingir seus fins, por isso, é necessário voltar os olhos para as ações desses padres sem preconceito.

O primeiro grupo de jesuítas chegou ao Brasil em março de 1549, na esquadra do Governador Geral Tomé de Sousa, com o Padre Manoel da Nóbrega (1517-1570)

atuando como o primeiro Superior de seus companheiros (MATOS I, 2001). Os jesuítas se espalharam pelo mundo para o trabalho missionário, constantemente supervisionado. Para tal, a escrita de cartas se tornou o meio mais eficiente de comunicação entre os religiosos, com uma forma de escrita peculiar. Parte dessa correspondência foi reunida na *Monumenta Brasiliae*, obra editada pelo padre jesuíta Serafim Leite (1890-1969), em cinco volumes. Na obra há 38 cartas do Padre Manoel da Nóbrega. Nelas estão descritas o cotidiano desses religiosos na colônia, o detalhamento é do trabalho missionário e está presente o olhar que lançaram em relação aos indígenas, o que definiu a ação missionária dos jesuítas. Da missão, sobressai uma atividade de muita importância para os jesuítas, a educação. Naquele primeiro século de existência da Ordem Jesuítica, foi sistematizado um método pedagógico, o *Ratio Studiorum*, publicado em 1599, mas, antes disso já havia uma preocupação com a educação. O documento serviu de base para a ação missionária dos jesuítas.

O contexto de criação da Companhia de Jesus

Quando se fala em Europa no contexto em que nasceu a Companhia de Jesus, é necessário considerar uma série de acontecimentos marcantes que não podem ser isolados. No século XVI houve mudanças em todos os âmbitos da sociedade, consagrando o início da Era Moderna. Isso se traduziu na centralização dos governos, o que resultou na formação dos Estados Nacionais. No feudalismo, a nobreza era a detentora do poder, numa sociedade onde os territórios e os governos eram fragmentados e o trabalho era de subsistência, predominantemente agrário. Os territórios eram divididos em feudos e possuíam uma hierarquia delimitada: servo e senhor. O comércio e o intercâmbio eram limitados.

[...] O dinheiro era escasso e as moedas variavam conforme o lugar. Pesos e medidas também eram variáveis de região para região. O transporte de mercadorias para longas distâncias sob tais circunstâncias, obviamente era penoso, perigoso, difícil e extremamente caro. Por todos esses motivos, era pequeno o comércio nos mercados feudais locais (HUBERMAN, 2010, p.14).

A religião, na sociedade feudal, era o centro da vida social e, com o advento da modernidade, essa ideia foi sendo substituída, aos poucos, pela rememoração da antiguidade clássica, configurando o nascimento de um novo indivíduo, autônomo e como o centro de todas as ciências. Essa expressão foi denominada Humanismo. E a retomada do mundo clássico se refere aos padrões estéticos, de clareza e estilo e inclinação para a beleza, integradas no Renascimento Cultural (SALZER, 2007).

Na economia, o comércio ganhou cada vez mais força com a presença de mercadores, e uma nova concepção de riqueza surgiu, baseada na busca de metais preciosos (ouro e prata). Quanto mais ouro e prata tinha um povo, mais rico se tornava. Era necessário manter uma balança comercial favorável, controlando o fluxo de mercadorias de uma região para outra e também, a saída de metais preciosos. Para isso foram utilizadas taxas alfandegárias, e quem fazia esse controle era o Estado Nacional, centralizado.

Tais medidas podiam conservar no país o ouro e a prata existentes nele. E países que dispunham de minas dentro de suas fronteiras ou que, como a Espanha, tinham a sorte de possuir colônias com ricas minas de ouro e prata podiam aumentar constantemente suas reservas de metais [...] (HUBERMAN, 2010, p.95).

Tudo isso contribuiu para o desenvolvimento da sociedade burguesa e da economia capitalista no sentido comercial (HEIMANN, 1965). A Modernidade também inaugurou a era das navegações, cujo objetivo era expandir o comércio. Os precursores da navegação foram Portugal e Espanha nos séculos XV e XVI. Os navegadores eram funcionários das Coroas e das terras descobertas provinham

grande parte do sustento dessas metrópoles, e as colônias só podiam comprar produtos da metrópole. E a economia era baseada no extrativismo.

Os séculos XV e XVI viram nascer novos movimentos religiosos que, fortalecidos por fatores comerciais e culturais, culminaram na divisão do cristianismo ocidental. A cúria de Roma se viu na realidade da convivência, geralmente beligerante, com as novas confissões surgidas a partir do processo de renovação teológica e eclesiológica iniciada pelo monge agostiniano Martinho Lutero (1483-1546). O período também foi palco de profundas mudanças realizadas no interior da própria Igreja Católica, feitas sob a direção da Cúria Romana. Uma dessas mudanças foi a convocação do Concílio de Trento (1545-1563), marco da renovação administrativa e da centralização do poder na Igreja que, a partir de então, passou a ser designada efetivamente como Igreja Católica, em oposição às várias correntes surgidas a partir de 1517, como a luterana, calvinista, anabatista e as demais surgidas posteriormente (ROPS, 1996a; ROPS, 1996b).

Várias ordens religiosas foram fundadas e reorganizadas nesse contexto. Entre elas foi criada a Companhia de Jesus, fundada por Inácio de Loyola (1491-1556) em 1540, cuja infância e a juventude estiveram ligadas a importantes momentos do catolicismo nos séculos XV e XVI, oriundos da efervescência religiosa da Espanha: expulsão dos mouros de Granada, a questão dos mouriscos, e a promulgação da lei judaica, que obrigava todos os judeus a se tornarem cristãos ou deixarem o país. Em 1508, o direito do padroado foi estendido aos reis espanhóis pelo papa Júlio II, por meio da bula *Universalis Ecclesiae*. Essa aliança entre Igreja Católica e Monarquia foi importante para a fundação, a organização e a expansão das Missões jesuíticas nas colônias (QUEVEDO, 2000).

A morte do soberano espanhol Fernando, o Católico e a queda política de D. Juan Velázquez, responsável pela formação de Inácio de Loyola na corte, mudaram o rumo tanto da Espanha quanto do futuro fundador da Ordem Jesuítica. No período de 1521-1526, houve um conflito franco-espanhol em Navarra, com a ocupação de Pamplona pelas tropas do rei francês Francisco I. Este foi o primeiro e único conflito bélico que Inácio de Loyola participou. Nesta guerra, que envolvia interesses políticos, o cavaleiro Loyola foi ferido e se recolheu a um castelo para se recuperar:

Os inimigos recolheram cavalheirosamente o ferido, cuja coragem haviam admirado durante a refrega, prodigalizando-lhe os primeiros cuidados, e depois transportaram-no em liteira para o castelo natal, entre as montanhas de Guipúzcoa, distante duas milhas da cidade de Azpeitia, em um vale ameno, regado pelas águas do arroio Urola (ROSA, 1954, p.15).

Durante o tempo de reclusão, os sonhos da cavalaria antiga, que sempre haviam povoado aquele cavaleiro, tiveram, a partir da queda de Pamplona, um desfecho brusco e foram abandonados para darem lugar a uma nova mística.

Os cirurgiões não deram esperança de melhoras, no entanto após confissão, começou a melhorar. Um fato marcante foi o conjunto de leituras que Inácio de Loyola realizou durante o tempo de reclusão, para passar o tempo. Entre romances, aventuras e novelas de cavalaria, teve contato com algumas obras cristãs de piedade, uma delas foi o **Vita Chisti**, de Ludolfo da Saxônia. Lidos de forma contínua, essas obras serviram de contribuição para a descoberta de sua vocação religiosa (ROSA, 1954).

Em razão dessa descoberta que o impulsionou a uma vida de intensa devoção religiosa e de caridade, passou a peregrinar por alguns lugares como Montserrat, na Catalunha, onde parou em um mosteiro beneditino. Neste mosteiro iniciou uma rotina de confissões com o abade Cisneros, e, baseado nos métodos de seu **e-hum**, Belo Horizonte, Vol.5, N.2, pp. 221-237(2012). Editora uniBH
Disponível em: www.unibh.br/revistas/ehum

confessor, criou os **Exercícios Espirituais** (EISENBERG, 1999; GARCÍA-VILLOSLADA, 1991). Este livro de devoção religiosa começou a ser escrito em 1522, em Manresa. O teor dessa obra tinha como objetivo de reger a vida do cristão para que este se sentisse e vivesse como parte integrante da Igreja (QUEVEDO, 2000). Estes Exercícios se transformaram num marco da espiritualidade dos jesuítas.

A perspectiva não era mais se tornar um cavaleiro representante de uma monarquia, regrada com honras e títulos, mas sim, um cavaleiro de Cristo, para espalhar sua palavra no mundo, por meio da evangelização, e construção de uma Ordem que atraísse mais cavaleiros, não militar, mas religiosa. Em Paris, Inácio de Loyola conheceu os companheiros que posteriormente fizeram parte da Companhia de Jesus, entre eles, Francisco Xavier (1506-1552).

A Companhia de Jesus teve seu reconhecimento canônico, por meio da Bula de 27 de Setembro de 1540, denominada *Regimini militantis Ecclesiae*, pelo papa Paulo III. Não foi de fácil tramitação esse ensejo de Inácio de Loyola e de seus companheiros, pois em Tivoli, em 1539, esse projeto obteve aprovação verbal, mas, a oposição do Cardeal Bartolomeu Guidiccioni di Lucca, contrário à multiplicação de Ordens religiosas, teve grande peso. Apenas no ano seguinte, quando esse canonista mudou de posição é que tal conquista foi concretizada. (ROPS, 1996b).

A nova Ordem ganhou a conotação de militante e tinha ideais que se enquadravam na Modernidade, pois a instituição não se organizou com base na tradição monástica. Era mais que isso, uma instituição que surgiu pautada no trabalho missionário, com a preocupação de uma rígida formação intelectual dos seus membros (COSTA, 2007; EISENBERG, 2000).

Em Portugal, o rei D. João III (1502-1557) contratou o serviço desses religiosos, que tiveram o Padre Simão Rodrigues (1510-1579) como o primeiro superior em Portugal.

O rei de Portugal foi o primeiro que determinou chamar os jesuítas à corte, e eles aceitaram o convite, mas somente para os ministérios espirituais. Desde que os dois primeiros jesuítas, Xavier e Rodrigues, apareceram em Portugal, começou o monarca a estimá-los; ao último concedera muitos favores e até lhe confiara o delicadíssimo encargo de preceptor do príncipe (ROSA, 1954, p.96).

O fruto da estima com que foram recebidos e tratados, rendeu aos jesuítas funções influentes, como confessores de reis e de príncipes. Nem sempre um monarca poderia conceder privilégios como seu antecessor. A morte de D. João III explica tal fato. Sua viúva, Catarina D'Áustria assumiu a regência do trono enquanto a maioridade de seu neto D. Sebastião não se efetivava. Esta queria que o herdeiro do trono fosse instruído por um dominicano ou por um agostiniano. Isto levou a um confronto com seu cunhado e cardeal, D. Henrique, que queria D. Sebastião instruído por um jesuíta. Conseguiu enfim, vencendo a contenda, que D. Henrique nomeasse o padre Luís Gonçalves da Câmara como instrutor de D. Sebastião quando assumiu o trono aos 14 anos de idade. Nesse reinado começaram a aparecer privilégios aos jesuítas, como nomeações para cargos públicos (DE ASSUNÇÃO, 2004).

Por meio do padroado os jesuítas obtiveram papel influente no trabalho missionário. O temor que havia em relação ao avanço do protestantismo era que Portugal perdesse suas colônias e para isso, foi utilizado o serviço desses religiosos. O esforço estava ligado à fixação da Companhia de Jesus enquanto instituição, para que pudesse instruir seus membros no ensejo da missão. A coroa portuguesa

impulsionou a Companhia de Jesus, pois, por meio de solicitações, petições e audiências, diversas propriedades foram cedidas aos jesuítas. A primeira delas foi o mosteiro de Santo Antão em Lisboa, em 1542, transformado em casa e colégio. A doação de propriedades pela coroa portuguesa esteve ligada à ineficácia de suas administrações, o que provocava decadência. Posteriormente, veio o colégio de Coimbra, em 1547, que recebeu o mosteiro de San Fins, da Ordem de São Bento (DE ASSUNÇÃO, 2004).

A primeira leva de jesuítas chegou ao Brasil na esquadra do primeiro Governador Geral Tomé de Sousa (1503-1579), em 1549, sob a supervisão do Padre Manoel da Nóbrega (1517-1570). Havia dois interesses distintos sobre a colônia: o de domínio do território e o de expansão da fé cristã (DE PAIVA, 2012). Ambos faziam parte de um mesmo projeto, que era o colonizador (DE PAIVA, 2006). Com seus companheiros, Nóbrega foi responsável pelo primeiro trabalho missionário dos jesuítas na nova terra.

Manoel da Nóbrega e a educação

Manoel da Nóbrega nasceu em Portugal em 1517, época em que a Companhia de Jesus ainda nem existia. Dois anos antes do reconhecimento da Ordem, Nóbrega se matriculou na Universidade de Coimbra (1538), tendo cursado depois, quatro anos de humanidades na Universidade de Salamanca, na Espanha. Em Coimbra, formou-se em Direito Canônico em 1541. Entrou na Companhia de Jesus em Coimbra, em 1544, aos 27 anos de idade.

Ao chegar ao Brasil em 1549, ajudou a fundar a cidade de Salvador e a escola de primeiras-letras, organizando o serviço da catequese com seus companheiros. O primeiro mestre-escola no Brasil foi o Irmão Vicente Rijo, também chamado Vicente

Rodrigues, considerado um dos primeiros entre os jesuítas, a trabalhar com a educação escolar no Brasil. Na carta ao Padre Simão Rodrigues de 1549, ele é mencionado:

O irmão Vicente Rijo ensina a doutrina aos meninos cada dia, e também tem escola de ler e escrever; parece-me bom este modo para trazer os índios desta terra, os quais têm grandes desejos de aprender e, perguntados se querem, se mostram grandes desejos (LEITE I, 1956, p.110).

A evangelização dos indígenas teve sua fundamentação na imagem cristã medieval de que o mundo era de Deus e a Igreja Católica a sua representante na terra. Todos deveriam reconhecer a Deus e prestar-lhe culto (DE PAIVA, 2006). A catequese também tinha uma conotação educativa na colônia, reforçando, não só a conversão como também a evangelização dos filhos dos colonos. Na carta endereçada a Simão Rodrigues no dia 10 de Abril de 1549, é retratada a realidade da colônia no momento em que chegaram, reforçando as necessidades:

Depois de ter scripto a V.R., posto que brevemente segundo meus desejos, soccedeo nom se partir a caravela e deu-me lugar para fazer esta e tornar-lhe a encomendar as necessidades da terra e ho aparelho que tem para se muytos converterem [...]. Cá há clerigos, mas hé a escoria que de lá vem: omnes quaerunt quae sua sunt. Non se devia consentir embarcar sacerdote sem ser sua vida muyto aprovada [...] (LEITE I, 1956, p.116).

Em meio a tudo isso, o Padre Manoel da Nóbrega e seus companheiros introduziram a catequese para que o catolicismo europeu pudesse expandir fronteiras e atrair mais fiéis (LEITE, 1953). A concepção de Nóbrega era de que os índios não sabiam o que era crer, isso era algo racional e intelectual (DE PAIVA, 2006).

Em outra carta a Simão Rodrigues (9 de Agosto de 1549), Nóbrega evidenciava sua visão a respeito dos hábitos daquela gente, e que para tal era necessário levá-la ao

modelo cristão civilizador, reforçando a necessidade de recuperar o prestígio da Igreja Católica:

Nesta terra há hum grande peccado, que hé terem os homens quasi todos suas negras por mancebas, e outras livres que pedem aos negros por mulheres, segundo o costume da terra que hé terem muitas mulheres (LEITE I, 1956, p.117).

Na mesma carta, o superior dos jesuítas no Brasil solicitava algo que pudesse solucionar esses “pecados”:

Hé muito necessario cá hum bispo para consagrar oleos para os baptizados e doentes, e também para confirmar os christãos que se baptizarão, ou ao menos hum Vigairo Geral para castigar e emendar grandes males, que asi no ecclesiastico como no secular se comettem nesta costa, porque os seculares tomão exemplo dos sacerdotes e o gentio de todos (LEITE I, 1956, p.124).

A palavra “negras” se refere às índias, e o costume analisado é o da poligamia, ou seja, os índios poderiam ter mais de uma esposa, e isto segundo a Igreja Católica, era um pecado. Para Nóbrega, os indígenas eram como “papel em branco”, ou seja, não adoravam a nada, não tinham nenhuma crença, ao contrário dos turcos e dos mouros, que tinham belicosidade pelo sagrado. Os índios não realizavam lutas com essa conotação (MOREAU, 2003). A comprovação disto está na carta endereçada aos Irmãos do Colégio de Jesus em Coimbra (1551):

O converter todo este Gentio é muito fácil, mas sustentá-lo em bons costumes não pode ser senão com muitos obreiros, porque em coisa nenhuma crêem e estão em papel branco para neles escreverem a vontade (MANOEL DA NÓBREGA, 1988, p.124-125).

Para que os indígenas pudessem fixar os mandamentos, os sacramentos e os rituais do catolicismo, os jesuítas fizeram o uso de uma “pastoral legalista”, ou seja, o mundo era regido por leis divinas e tudo o que era feito por parte dos indivíduos era contabilizado (DE PAIVA, 2006). Nóbrega fundou o Colégio dos Meninos de Jesus

na Bahia com o objetivo de catequizar as crianças indígenas. Para isso, em 1550, quatro missionários trouxeram sete meninos órfãos de Lisboa, que exerceram a função de pregadores. Para o sustento deles, o Governador Geral Tomé de Sousa concedeu uma sesmaria chamada “água dos meninos”. A catequese incluía a instrução de todo o gentio, adulto ou criança, porém, a evangelização das crianças proporcionou resultados mais fáceis e mais seguros (LEITE, I, 2000). Na carta endereçada ao Padre provincial de Portugal, Nóbrega falava da importância desses meninos pregadores:

Este colégio dos meninos de Jesus vai a muito crescimento, e faz muito fruto; porque andam pelas aldeias com pregações e cantigas do nosso Senhor pela língua, que muito alvoroça a todos, do que largamente se escreverá por outra via (MANOEL DA NÓBREGA, 1988, p.129).

Embora não perdurasse por muito tempo, os jesuítas perceberam, com a atuação nesse colégio, que, catequizando as crianças indígenas, o que sem dúvida era mais fácil de fazer, obtinham melhores resultados. Esses resultados esperados são evidenciados na carta que Nóbrega enviou em 1551, aos Padres e Irmãos da Companhia de Jesus:

Os meninos órfãos, que nos mandaram de Lisboa, com seus cantares atraem os filhos dos gentios e edificam muito os cristãos. Nesta capitania de Pernambuco, onde agora estou, tenho esperança que se fará muito proveito, porque como é povoada de muita gente, há grandes males e pecados nela (MANOEL DA NÓBREGA, 1988, p.115).

Esses meninos órfãos traziam a cultura de Portugal, eficaz na forma de desagregar as crianças do gentio da organização tribal e dos costumes nativos, configurando-os como pertencentes ao reino português (DE PAIVA, 2006).

Sistema jesuítico de Comunicação

Os jesuítas estabeleceram um meio de registro eficiente para a comunicação com outros membros e também com os superiores da Ordem. A escrita de cartas tinha como objetivo detalhar o trabalho missionário realizado nas colônias da América portuguesa e espanhola e também descrever a terra. No Brasil, Pero Vaz de Caminha (1450-1500), português que desempenhou a função de escrivão na esquadra de Pedro Álvares Cabral (1467/68-1520), fez a primeira descrição da terra e do povo nativo. Abaixo, temos dois trechos da primeira carta do Brasil:

A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem-feitos. Andam nus, sem nenhuma cobertura. Nem estimam de cobrir ou de mostrar suas vergonhas; e nisso têm tanta inocência como em mostrar o rosto. Ambos traziam os beijos de baixo furados e metidos neles seus ossos brancos e verdadeiros, de comprimento duma mão travessa, da grossura dum fuso de algodão, agudos na ponta como um furador. Metem-nos pela parte de dentro do beijo; e a parte que lhes fica entre o beijo e os dentes é feita como roque de xadrez, ali encaixado de tal sorte que não os molesta, nem os estorva no falar, no comer ou no beber. (PERO VAZ DE CAMINHA, 2011).

Águas são muitas; infindas. E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem. Porém o melhor fruto, que nela se pode fazer, me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar. (PERO VAZ DE CAMINHA, 2011).

No primeiro trecho da carta, Caminha descreve as características do gentio e nota-se que há um choque cultural no emprego da palavra “vergonhas”. Os portugueses oriundos de uma metrópole cristã tiveram estranhamento com o fato dos nativos andarem nus. Já o segundo trecho, o escrivão fez uma breve descrição da abundância da terra e que a gente dela precisava ser “salva”. Isso já supõe que era necessário adequá-la à cultura portuguesa, da metrópole, enfim, incutir os moldes da cultura cristã. Essa carta de Caminha foi escrita em 1. de Maio de 1500. É considerada a primeira manifestação literária do Brasil, e na parte de narrar sobre os nativos, mostrou a mesma preocupação que os jesuítas tiveram posteriormente, a

desapropriação de seus costumes, para se tornarem cristãos. A escrita de cartas era sem dúvida, o meio por excelência que os jesuítas tiveram para se comunicar. Elas mostravam o cotidiano desses religiosos nas colônias da América portuguesa e espanhola. No século XX o Padre Serafim Leite localizou cartas perdidas, transcreveu-as e constituiu uma obra chamada ***Monumenta Brasiliae***, composta por cinco volumes. Com as cartas e mais outros registros, também escreveu a **História da Companhia de Jesus no Brasil**, em 10 volumes. Esse material serve como referência para historiadores que abordam o tema, como o processo de cristianização e as missões. A comunicação epistolar fazia parte das normas da Companhia de Jesus e era uma forma de manter a união e a obediência entre súditos e superiores, pois o trabalho missionário provocava a dispersão desses religiosos (TORRES-LONDOÑO, 2002). José de Anchieta e Manoel da Nóbrega registraram as primeiras impressões sobre a terra e a gente do Brasil, marcando assim, de forma significativa, as impressões e ações dos europeus em relação aos indígenas brasileiros depois deles. Seus registros influenciaram a forma como os europeus passaram a ver a terra e sua gente do Brasil (ARNAUT DE TOLEDO; RUCKSTADTER, 2003).

Os primeiros jesuítas que em Paris se reuniram com Inácio de Loyola, já valorizavam a prática da escrita e todos os aspectos relacionados às letras. Porém, o fato de serem letrados não explica porque que a dinâmica epistolar jesuítica teve grande expansão. Isto se deu a partir do entendimento da escrita como uma práxis colocada a serviço da vontade divina. Inácio de Loyola era o homem da escrita. Entre 1524 e 1556 escreveu seis mil e oitocentas e quinze cartas. Um exemplo disto está em sua autobiografia, que diz que quando estava em Manresa, onde começou sua experiência espiritual, pôs seus pecados por escrito e práticas espirituais em

cadernos de notas, e esses registros dez anos depois já faziam parte do livro dos **Exercícios Espirituais** (TORRES-LONDOÑO, 2002).

As cartas não se limitavam aos superiores da Companhia de Jesus, tinham também um alvo. Por isso, havia dois tipos de cartas, prevista nas Constituições, que os religiosos escreviam intencionalmente: Na carta principal, havia os relatos edificantes das missões, pois seriam lidas não apenas pelos membros da ordem, mas, em igrejas, conventos e colégios. Eram chamadas de “bijuelas”. Os assuntos mais restritos eram lidos na Companhia de Jesus e pelas autoridades, e deveriam ser escritos em cartas secundárias (COSTA, 2008). Inácio de Loyola, em uma carta escrita a um dos fundadores da Ordem, Pedro Fabro, deixava claro que os assuntos não deveriam ser misturados:

Eu me lembro de ter falado aqui muitas vezes aos presentes, e outras de ter escrito aos ausentes, que cada membro da Companhia, quando quisesse escrever para cá, escrevesse uma carta principal, a que se pudesse mostrar a qualquer pessoa. Mas não ousamos mostrar a muitos que nos são afeiçoados e desejam ler nossas cartas, porque elas não têm nem guardam ordem alguma. Falam nelas de assuntos que não vem ao caso. Sabendo esses amigos que temos cartas de um ou de outro, passamos vergonha e damos mais desedificação do que edificação (INÁCIO DE LOYOLA, 1993, p.28).

As falhas do processo de evangelização, os aspectos econômicos e todas as outras informações que não poderiam ser lidas pelo público, faziam parte dessas cartas secundárias.

As cartas escritas pelo padre Manoel da Nóbrega nos apontam os caminhos que foram seguidos pelos jesuítas no trabalho missionário na América portuguesa e nos mostram a visão que aqueles europeus tiveram das culturas indígenas e da natureza. O caráter explicitamente pedagógico de suas cartas não negam as dificuldades que encontraram no trabalho catequético e político.

Considerações finais

As cartas jesuíticas não são as únicas fontes que retratam a História da Educação, mas a gama de informações que mostram, fazem com que elas se tornem riquíssimo material de pesquisa. Essas cartas fazem parte da literatura brasileira e retratam o período quinhentista. É necessário salientar que a Companhia de Jesus não foi a única ordem religiosa presente no Brasil, no trabalho de Evangelização. Porém, o sistema jesuítico se mostrou de forma mais organizada e detalhada. A catequese não provocou resultados plenamente satisfatórios aos jesuítas, pois houve conflitos culturais. A tentativa de estabelecer a cultura cristã europeia em um espaço no qual a cultura nativa já estava consolidada, não foi totalmente exitosa para os religiosos, além do conflito que também tinham que lidar, em relação aos colonos da terra, que queriam escravizar o gentio para o trabalho num período em que a escravidão negra ainda não era utilizada na colônia. E por fim, as cartas jesuítas possuem conteúdo condizente com a realidade histórica que descreveram. É necessário, portanto analisá-las sem preconceito.

REFERÊNCIAS

- ARNAUT DE TOLEDO, C. A.; RUCKSTADTER, F. M. M. A filosofia educacional dos jesuítas nas **Cartas** do Pe. José de Anchieta. *Acta Scientiarum*. Maringá, v. 25, n. 2, p. 257-265.
- CARDOSO, A. (SJ). (Org). **Cartas de Santo Inácio de Loyola**. V. 3. São Paulo: Loyola, 1993.
- COSTA, C. J. O Epistolário jesuítico como fonte privilegiada de pesquisa sobre História da educação no Brasil colonial. **Educação na História**. São Luís: UEMA, 2008. p. 73-96.
- DE ASSUNÇÃO, P. **Negócios jesuíticos**: O cotidiano da administração dos bens divinos. São Paulo: EDUSP, 2004.
- DE PAIVA, J. M. **Colonização e Catequese**. São Paulo: Arké, 2006.
- DE PAIVA, J. M. **Religiosidade e cultura brasileira**: século XVI e XVII. Maringá: EDUEM, 2012.
- e-hum**, Belo Horizonte, Vol.5, N.2, pp. 221-237(2012). Editora uniBH
Disponível em: www.unibh.br/revistas/ehum

- EISENBERG, J. **As missões jesuíticas e o pensamento político moderno**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.
- GARCÍA-VILLOSLADA, R. **Santo Inácio de Loyola**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.
- HEIMANN, E. **História das doutrinas econômicas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.
- HUBERMAN, L. **História da Riqueza do Homem: Do Feudalismo ao século XXI**. Rio de Janeiro: LTC, 2010.
- LÉCRIVAIN, P. **Les missions jésuites: pour une plus grande gloire de Dieu**. Paris: Gallimard, 1991.
- LEITE, S. (SJ). **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000. 10 volumes.
- LEITE, S. (SJ). **Monumenta Brasiliae**. Roma: IHSI, 1956-1968. 5 volumes.
- LEITE, S. (SJ). **Nóbrega e a fundação de São Paulo**. Lisboa: Instituto de Intercâmbio Luso-Brasileiro, 1953.
- MANOEL DA NÓBREGA. **Cartas do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.
- MATOS, H. C. J. **Nossa História: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 2001. 2 Tomos.
- MOREAU, F. E. **Os índios nas cartas de Nóbrega e Anchieta**. São Paulo: Annablume, 2003.
- PERO VAZ DE CAMINHA. **A carta de Pero Vaz de Caminha**. Disponível em: <<http://www.historianet.com.br/cont.aspx?codigo=552>>. Acesso em: 20 Jul. 2011.
- PIMENTA, J. M. **Cronologia histórica da jornada Nobreguense**. São Paulo: Cupolo. 1970, 6 volumes.
- QUEVEDO, J. **Guerreiros e jesuítas na utopia do Prata**. Bauru: EDUSC, 2000.
- ROPS, D. **A Igreja da Renascença e da Reforma**. I. A Reforma Protestante. São Paulo: Quadrante, 1996a.
- ROPS, D. **A Igreja da Renascença e da Reforma**. II. A Reforma Católica. São Paulo: Quadrante, 1996b.
- ROSA, H. **Os jesuítas: de sua origem aos nossos dias**. Petrópolis: Vozes, 1954.
- SALZER, G. O Humanismo na Europa Central (1450-1536/50): Um resumo. In: MAINKA, P. J. (Org). **Caminho do mundo moderno: concepções clássicas da filosofia política no séc. XVI e o seu contexto histórico**. Maringá: EDUEM, 2007. p. 75-105.
- TORRES-LONDOÑO, F. Escrevendo cartas. Jesuítas, Escrita e Missão no Século XVI. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.22, n. 43, 2002, p. 11-32.